

MARÉ DE NOTÍCIAS

136



Atenção e cuidado que derrubam estigmas

Redução de danos é estratégia adotada pelo Espaço Normal ao receber usuários de álcool e outras drogas; equipamento da Maré completa quatro anos desde a fundação no dia 7 de maio. **PÁGINAS 4 E 5**

Educação ambiental na Maré: escolas resgatam o passado da favela para pensar nas futuras gerações

PÁGINAS 6 E 7

Matéria da série sobre as eleições de 2022 esclarece alguns pontos que costumam gerar confusão na hora do voto

PÁGINAS 12 E 13

Apesar de enfrentar dificuldades, profissionais mareenses não desistem de ofícios em vias de extinção

PÁGINAS 14 E 15

Homenagem

Edição de maio reúne imagens de um ensaio especial que retrata as mães de favela - mulheres que geralmente sustentam suas famílias e são responsáveis pela construção física e afetiva das periferias.

PÁGINAS 8 E 9



MATHEUS AFFONSO

DOUGLAS LOPES



Rastros de Dor

Homicídios no Brasil têm índices muito baixos de elucidação; se a morte acontece dentro das favelas, as investigações são ainda menos rigorosas, o que geralmente resulta em impunidade.

PÁGINAS 10 E 11

EDITORIAL

A potência da Maré também vem de pautar reflexões. Com seus mais de 140 mil moradores, o bairro pode ser considerado vitrine para pensar políticas públicas. Assim foi com o *Vacina Maré*, assim também é quando se pensa em redução de danos. A discussão sobre a estratégia não é exatamente uma novidade no Brasil, mas os caminhos políticos dos últimos anos empurraram o debate para uma espécie de clandestinidade.

Redução de danos é uma estratégia que encara o uso de álcool e outras drogas do seguinte ponto de vista: proibir não resolve, é preciso criar um contexto que evite as consequências adversas do consumo para o indivíduo e a comunidade que o acolhe. O Espaço Normal foi inaugurado no dia 7 de maio de 2018 — Dia Internacional da Redução de Danos — sob essa perspectiva e, desde então, tocou muitas vidas. A edição 136 do Maré de Notícias aborda esse histórico e a importância da estratégia para se pensar saúde mental e inclusão social.

O movimento de reflexão a partir do território mareense não para por aí. A temática ambiental é discutida nas escolas e fica a certeza de que a sociedade vive em constante atraso quando se pensa no que vem sendo feito para minimizar os impactos da catástrofe ambiental que mostra a sua cara a todo momento. Enchentes que acontecem a cada hora em uma região — e com frequência cada vez maior —, ondas de frio, ondas de calor... Pensar a responsabilização individual é importante, mas cobrar posicionamento das grandes corporações é primordial.

Um exemplo clássico é a situação da água no mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 70% de toda a água consumida no planeta é usada na irrigação das lavouras, na pecuária e na aquicultura. A indústria responde pelo consumo de quase 20% e as residências por 12%. No Brasil, 72% da água é consumida pela agropecuária. Há muito o que se refletir sobre o assunto, mas as demandas são cada vez mais urgentes. Que a potência da Maré estimule reflexões, e, principalmente, ações voltadas às necessárias respostas que precisamos para viver em uma sociedade menos desigual e violenta.

Desejamos que você receba a edição de maio com muita saúde. E por falar em potência, desejamos ainda um feliz mês das mães para todas e todos! Caso queira dialogar conosco, o canal está sempre aberto. Pode chamar a gente no WhatsApp: (21) 97271-9410 e compartilhe sua sugestão, reclamação ou elogio. Desejamos uma ótima leitura!

Acompanhe o **Maré de Notícias** na internet!



@maredenoticiasoficial



@maredenoticias



@MareNoticias



(21) 97271-9410

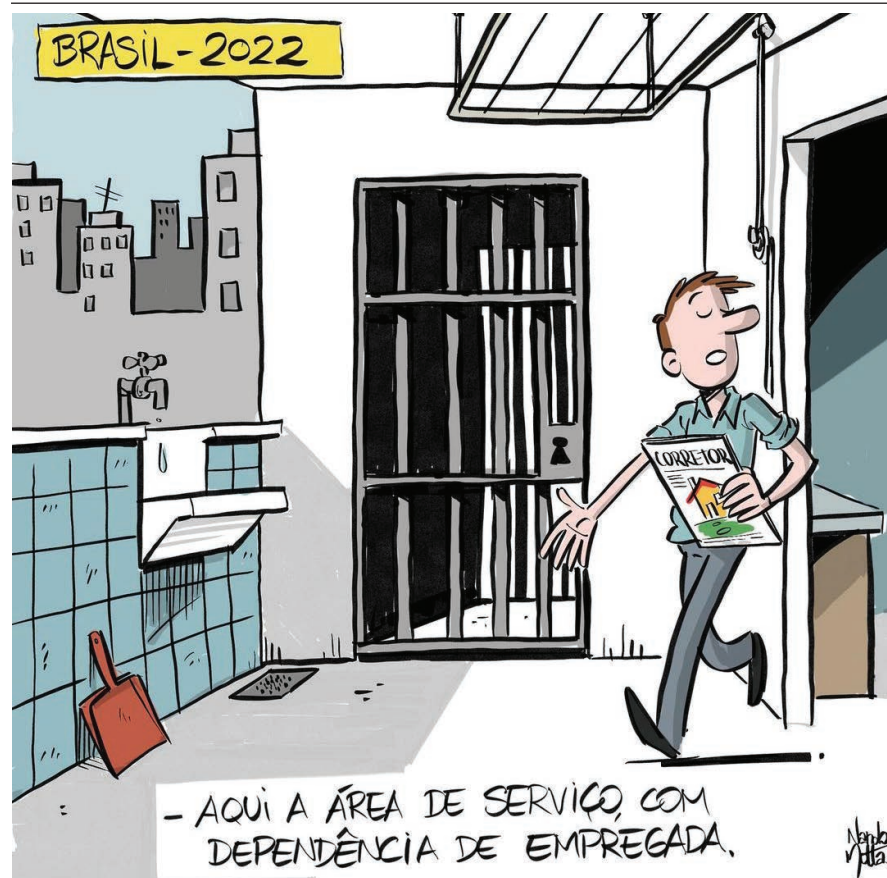


contato@maredenoticias.com.br



www.mareonline.com.br

CHARGE - NANDO MOTTA



HUMOR

Uma moradora do Morro do Timbau leva o marido para receber o resultado do exame de sangue na Clínica da Família. O médico explica que o rapaz tem deficiência de ferro e passa um remédio. Quando eles chegam em casa, a mulher mostra uma pilha de roupa e recomenda que ele passe "para ficar perto do ferro". Ele começa, mas reclama.

Carinhosamente, ela retruca: "Minha vida, coloque uma venda nos olhos e continue." O cara fica sem entender. A esposa explica: "É que a vida passa e a gente não vê!"

ENVIE SUA POESIA,
FOTO, RECEITA
OU PIADA. ESTE
ESPAÇO É SEU!
contato@maredenoticias.com.br

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da **maré**

PARCERIA:

act:ona id

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré

EDITORA EXECUTIVA E
JORNALISTA RESPONSÁVEL

Jéssica Pires

EDITORES

Dani Moura

(Mtb 24422/RJ)

Tamyres Matos

(Mtb 32434/RJ)

COORDENADORES DE
DISTRIBUIÇÃO:

Lenny Aquino

Antônia Valéria Lins e Silva

Lucas Frederico Brandão

Thuany Vieira Nascimento

DISTRIBUIDORES:

Cristiane dos Santos

Jonathan Ribeiro Da Cruz

Pedro de Oliveira

Ricardo Heleno Mendes

Thuany Vieira Nascimento

Vagner Moreira Pires

Valdemir Gomes da Cunha Júnior

Yasmim Emmanuel Duarte

COLABORARAM NESTA
EDIÇÃO

Data_labe

FOTOGRAFIA

Douglas Lopes

Matheus Affonso

Gabi Lino

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infoglobo

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO
REPRESENTAM A OPINIÃO
DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO
DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

‘Aprendi a ser melhor, escutar as pessoas’

Filho de distribuidor, Jonathan Ribeiro é um dos mais antigos profissionais da distribuição do Maré de Notícias

DANIELE MOURA

Ele estava presente quando teve uma festa no Centro de Artes da Maré para comemorar a edição de número 100 do Maré de Notícias. Entre o público que assistia à homenagem aos 16 baluartes mareenses — líderes comunitários que se tornaram referência nas favelas onde vivem — estavam presentes os presidentes das associações de moradores. Na época, eram eles os parceiros que viabilizavam a entrega do jornal aos moradores da Maré. O da Baixa do Sapateiro, Charles Gonçalves, contava com a ajuda de **Jonathan Ribeiro da Cruz**, com 20 anos de idade à época.

Por uma década, o jornal era levado para as associações de moradores — pontos de referência para a entrega do Maré de Notícias — e, de lá, chegava à casa dos moradores. Para Jonathan, esse esquema não permitia que a comunicação entre os moradores e o jornal fosse fluida. “A forma de distribuição antiga não favorecia o diálogo com os moradores. A nova distribuição é muito mais eficiente nesse ponto”, acredita o entregador.

Em setembro de 2019 o próprio jornal tomou para si a responsabilidade pelas entregas. Cada presidente de associação indicou pessoas para trabalharem na distri-



buição do periódico; o da Baixa recomendou o nome de Jonathan. “Charles me indicou para esse trabalho para eu adquirir experiência profissional e conhecer coisas novas na vida. Fazer parte do novo processo de distribuição do jornal foi maravilhoso, aprendi muito com companheiros excelentes que hoje eu tenho”, lembra o rapaz.

Jonathan nasceu no Hospital Geral de Bonsucesso e viveu até os sete anos na Vila Cruzeiro, na Penha. Chegou à Maré com a família em 2006. cursou o Ensino Médio do Colégio Estadual Olga Benário Prestes em Bonsucesso e hoje mora

na Vila do Pinheiro com a mãe e um irmão um ano mais novo. O pai (que era distribuidor dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*) morreu há quatro anos. “Seguir a profissão do meu pai é uma honra. O Maré de Notícias me trouxe motivação, aprendizados, eu pude mudar em muitas coisas. Hoje me respeito mais e estou mais feliz. Aprendi a ser melhor, a escutar as pessoas,” diz o distribuidor.

Ele revela o desejo latente de sempre evoluir. “Trabalho procurando sempre melhorar a performance no dia a dia para não errar. Isso sempre me motiva. Hoje você pode estar bem, mas amanhã ninguém sabe. Por isso é importante sempre ajudar o próximo, inclusive os distribuidores mais novos, que têm menos tempo no jornal. Procuro apoiar a todos sempre da melhor forma possível. A equipe é muito entrosada, e daqui pra frente é só somar,” diz o jovem.

Por onde anda na Maré, Jonathan é abordado. Difícil não reconhecê-lo como “cria do Charles”: “Não tem jeito, todo mundo me conhece, acaba que me sinto destacado!”

Sobre a importância que ele dá ao periódico comunitário, ele afirma: “A Maré precisa desse jornal que é aguerrido, batalhador e vencedor. Todos nós mareenses precisamos dele para sabermos do cotidiano da Maré. O jornal está aí para moradores se divertirem, aprenderem a dialogar entre si e saber como são as 16 favelas.”

Junto com Jonathan na distribuição estão Valdemir Gomes da Cunha Júnior, Lucas Brandão, Cristiane dos Santos, Vagner Moreira Pires, Ricardo Heleno Mendes Cruz, Antônia Valéria Lins e Silva, Pedro de Oliveira, Yasmim Emmanuel Duarte, Thuany Vieira Nascimento e Lenny Aquino.



Jonathan Ribeiro participou da celebração pela edição de número 100 do Maré de Notícias no Centro de Artes da Maré em maio de 2019

Humanização motiva a autonomia e a criação de laços

Conjunto de ações associado à redução de danos é adotado no trabalho desenvolvido pelo Espaço Normal, equipamento da Redes da Maré que completa quatro anos no dia 7 de maio

TAMYRES MATOS

Acolhimento, construção coletiva, reconhecer que não há soluções simples para problemas complexos: essa é a base onde se assenta a redução de danos, estratégia centrada na valorização da vida e na prevenção dos problemas que podem ser causados pelo consumo excessivo de álcool e outras drogas. O Espaço Normal, equipamento da Redes da Maré, foi idealizado a partir deste conceito e completa quatro anos de existência no próximo dia 7 de maio, Dia Internacional da Redução de Danos.

Apesar das diversas experiências com resultados positivos, o quadro geral no Brasil não é dos mais favoráveis atualmente. O país ocupa a última posição no ranking internacional que avalia as políticas públicas de drogas em 30 países. *The Global Drug Policy Index* é uma pesquisa ligada ao Consórcio de Redução de Danos (*Harm Reduction Consortium*), que buscou medir e comparar o quanto as políticas nacionais de drogas e suas implementações estão alinhadas aos princípios de direitos humanos, saúde pública e desenvolvimento socioeconômico.

“A experiência brasileira com redução de danos tem lugar de destaque na construção de uma rede de pessoas e movimentos empenhados em fazer avançar a reflexão sobre políticas de drogas no Brasil, depois de quase um século de hegemonia



Ex-morador da cena de consumo de drogas da Rua Flávia Farnese, Papa atua como redutor de danos: "Sou uma prova viva do trabalho da redução de danos"

absoluta de pensamento retrógrado sobre drogas. Neste sentido, estamos trabalhando juntos em uma linda irmandade latinoamericana, que pensa e faz uma RD bastante avançada.”, afirma **Dênis Petuco**, pesquisador em saúde pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV - Fiocruz).

Paulo Ricardo Santos de Azevedo, de 38 anos, morador da Nova Holanda, é uma das vidas tocadas por essa estratégia de criação de vínculos e no estrito respeito pelos direitos humanos. Ex-morador da cena de consumo de drogas da Rua Flávia Farnese, Papa (como é conhecido) atualmente é redutor de danos do Espaço Normal. Ele explica que RD é “trabalho de formiguinha”, e acredita não haver outro jeito de se lidar com o vício. Em seu tom de voz, é possível

notar o orgulho da própria trajetória e do trabalho que vem sendo realizado pelo Espaço Normal desde 2018.

“Os proibicionistas entendem que o problema das drogas se resolve com internação compulsória. Essa pressão das regras excessivas gera um constrangimento, representa uma perda na autonomia. Não tem como ser dessa forma. As pessoas precisam ser ouvidas, não dá pra impor. Muita gente acredita que a pessoa vai ficar internada e sair de lá curada. Não é assim, mas é possível parar de fazer o uso ou converter de uso abusivo para um mais leve. Sou uma prova viva do trabalho da redução de danos. passei a entender qual era a minha relação com as drogas”, diz ele.

Dênis analisa que ainda há muita resistência na sociedade no que diz respeito à redução de danos,

o que explica até mesmo um olhar de “clandestinidade” em relação à adoção da estratégia. “Trata-se de um marco quando se estuda a história do cuidado de pessoas que usam drogas no Brasil e uma posição que segue produzindo controvérsias profundas até hoje. A redução de danos fala tanto do ambiente conservador que nos empurra, como também do quanto mudamos o contexto a partir de práticas sempre inovadoras. Veja o caso do pessoal que faz RD em festivais de música eletrônica: mesmo antes de este retrocesso começar, o pessoal estava arriscando, atuando nas franjas da legalidade, fazendo testagem de drogas antes de qualquer regulamentação desta prática, que carrega uma ousadia análoga àquela de pioneiras e pioneiros que promoveram as primeiras trocas de seringas na dé-



MATEUS AFFONSO

Equipe do Espaço Normal reunida; equipamento da Redes da Maré completa quatro anos de existência no Dia Internacional da Redução de Danos

cada de 1990. Existe algo na RD que não se acomoda e que, mesmo num contexto desfavorável, leva as experimentações ao limite”, pondera o especialista.

História, definição e vivência prática

Usar a estratégia da redução de danos é compreender que as drogas sempre fizeram parte da vida em sociedade. Segundo a Associação Internacional de Redução de Danos, o conjunto de práticas e políticas se refere a ações que têm como objetivo, primeiramente, “reduzir as consequências adversas para a saúde, sociais e econômicas do uso de drogas lícitas e ilícitas, sem necessariamente reduzir o seu consumo. A redução de danos beneficia pessoas que usam drogas, suas famílias e a comunidade”.

Mas como isso se traduz no dia a dia? Papa compartilhou com o Maré de Notícias um pouco da sua rotina no Espaço Normal, fruto de três anos de pesquisa e intervenção junto com as cenas de uso de crack e outras drogas na Rua Flávia Farnese e na Avenida Brasil. O redutor de danos conta que o espaço ainda não voltou a funcionar com 100% das atividades por conta das restrições da pandemia, mas que são cerca de 60 pessoas atendidas por dia. Os usuários do espaço desfrutam de café da manhã, distribuição de tíquetes para almoço, banho, descanso — acima de tudo, é um local onde eles são ouvidos.

“Começamos a distribuir o café às 9h e por volta das 10h30 encerramos. Aí liberamos o banho no espaço, com privacidade. Temos duas assistentes sociais, uma psicóloga e uma coordenadora do cuidado, além de cinco redutores de danos. Na verdade, todo mundo atua com base na redução de danos, independentemente da formação. Temos demandas também como documentação, questões pendentes com a Justiça, e encaminhamentos para a clínica da família ou outro serviço de saúde”, explica Paulo Ricardo.

Para Papa, o mais marcante é a formação do laço de confiança entre equipe e atendidos. “Eu vivi isso, quando se está nessa situação (de vulnerabilidade) é muito difícil você falar com qualquer um sobre suas demandas, mas a gente conseguiu construir essa confiança. Nosso processo de escuta abre esse caminho de sensibilidade para as demandas dos usuários”, diz.

De usuário nas cenas de uso de substâncias acompanhado pelos projetos da Redes da Maré a redutor de danos, Papa conheceu o centro de convivência É de Lei, voltado à redução de danos em São Paulo, concluiu seu Ensino Médio depois de mais de 13 anos sem estudar, participou de palestras de formação e não quer parar mais. Atualmente, ele participa do pré-vestibular da organização mareense e pretende fazer faculdade de serviço social com um propósito firme em mente: “retribuir”.

Contexto

A redução de danos foi adotada como estratégia de saúde pública pela primeira vez no Brasil no município de Santos, em São Paulo, em 1989, quando os índices de transmissão de HIV estavam relacionados ao uso indevido de drogas injetáveis. O objetivo prático inicial era minimizar a gravidade do alto contágio via seringas compartilhadas, mas ao longo do tempo se converteu em um trabalho para a produção de saúde alternativa e não na lógica da abstinência. Hoje, a estratégia é observar o que os usuários de álcool e drogas (e da comunidade que o acolhe) precisam e ampliar as ofertas em saúde. Trabalham neste sentido os já citados centros de convivência Espaço Normal e É de Lei, além do programa governamental da cidade de São Paulo *De Braços Abertos*.

“Tenho profunda admiração pelo Espaço Normal. Considero as experiências de centro de convivência as mais corajosas e inspiradoras que temos hoje no Brasil. São iniciativas da sociedade civil que fazem avançar o pensamento sobre o que pode a política pública, que estão na contramão do retrocesso. Com sua ousadia, são faróis a guiar a política pública”, acredita Dênis Petuco.

Para o especialista da Fiocruz, as possibilidades da redução de danos já foram mostradas pelas experiências existentes e pesquisadores e trabalhadores da saúde mental de equipamentos públicos e organizações sem fins lucrativos devem se unir na definição de estratégias.

“Não é por acaso que o sucesso do Espaço Normal e do *É De Lei* é celebrados por quem milita por melhores políticas de drogas. A evolução passa por aceitar as provocações que essas duas experiências fazem às políticas públicas. Cabe aos gestores o esforço de alcançar aquilo que o Espaço Normal e o projeto *É De Lei* já fazem. E o mais bonito é saber que, quando isso acontecer, esses espaços já estarão ousando em outras frentes. Você pergunta como evoluir? Eu respondo: prestando muito atenção ao que estas organizações estão fazendo”, diz Dênis Petuco.

Educação ambiental é coletividade consciente

Escolas da Maré resgatam o passado da favela para pensar nas futuras gerações

EDILANA DAMASCENO

No Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes, na Nova Holanda, falar sobre educação ambiental é mais do que pensar num futuro melhor para as próximas gerações; engloba também não deixar morrer o passado da favela. E quem sabe contar essa história de cor é **Marcelo Belford**, diretor do colégio. Desde 1980, quando ainda era adolescente, Marcelo acompanhava a pauta do saneamento básico na Maré. Hoje, aos 57 anos, ele tenta resgatar esses valores a partir da abordagem da temática ambiental nas salas de aula. “A educação ambiental é a garantia de que teremos uma vivência saudável, feliz e comprometida com o futuro das gerações que virão depois de nós”, diz o educador.

O Artigo 225 da Constituição Federal estabelece que “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,

bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Afirma ainda nesse trecho, que, para assegurar o acesso de todas as pessoas a esse bem comum, o Estado deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Pensar crítico

Apesar das determinações da legislação brasileira, a educação ambiental não é considerada uma prioridade dentro de muitas escolas. A falta de conhecimento traz prejuízos para a sociedade como um todo, e principalmente para quem mora na favela. Os altos índices de poluição gerada por carros e indústrias, o desmatamento, o desperdício de água e os baixos inves-



Marcelo Belford é diretor do Colégio João Borges de Moraes e um dos responsáveis por implementar a educação ambiental na unidade

timentos em tratamento de esgoto trazem consequências sentidas no cotidiano: o calorão que faz no verão, o aumento de problemas respiratórios, a incidência de doenças provocadas por contato com água contaminada ou esgoto, entre outras.

E como a gente interrompe esse ciclo da falta de informação? Para Marcelo Belford, é importante que a educação ambiental seja interdisciplinar, permeando diversos momentos do ensino: “Ela tem que caminhar com a matemática, por exemplo. Assim, a gente consegue calcular a diferença no consumo de água de uma família dentro de uma cidade e comparar com aquele das indústrias de bebida.” Marcelo ressalta que esse modelo de ensino funciona somente com base no diálogo, ingrediente fundamental para o bom funcionamento de qualquer escola.

À medida que o debate ambiental na João Borges se consolidou como parte da rotina da escola, ele cresceu e envolveu mais personagens, como o coletivo Lutas Urbanas Tecnologia e Saneamento (LUTeS). A parceria rendeu frutos, como o curso *Saneando, Semeando e Empreendendo: Cidadania e Educação*: durante quatro aulas, estudantes e integrantes do LUTeS pensaram estratégias para inserir o tema no cotidiano da população, através de uma linguagem acessível. Uma delas foi o projeto de construir coletivamente, dentro da escola no ano letivo de 2022, um biodigestor — esse equipamento acelera o processo de decomposição da matéria orgânica através da ausência de oxigênio, e é usado para tratar esgoto doméstico e restos de comida. No processo, é produzido um gás que pode ser aproveitado na cozinha.



Dona Emília é a responsável por orientar os alunos sobre os locais adequados para descarte de resíduos

Marlon Brendo, de 17 anos, é monitor na escola e faz parte da iniciativa. O jovem conta que a experiência transformou sua forma de pensar o meio ambiente. “Assim como gentileza gera gentileza, conscientização gera conscientização.” Marlon acredita que, assim como no colégio, o movimento pelo direito ao saneamento básico deve tomar as conversas por toda a Maré: “A gente está incentivando os alunos a passarem para outras pessoas o que a gente que mora na Maré precisa, e também a ajudarem uns aos outros em relação ao cuidado com nosso ambiente e nosso lugar.”

Coleta seletiva

Para **Christiane Lagarto**, diretora da Escola Municipal Professor Josué de Castro, educação ambiental se faz com movimento e participação. A ação de tornar o ambiente acadêmico mais verde

e consciente começou na pandemia, mas a ideia era um sonho antigo da diretora: “Com o tempo mais livre, eu e a professora Luiza Colonesi começamos a reciclar todos os materiais, de bancos a potes; fizemos vasos e plantamos mudas pela escola.”

Os alunos se interessaram e aderiram ao movimento por meio da jardinagem, disciplina eletiva oferecida pela escola. O aprendizado também é percebido fora da sala de aula. “A gente também faz isso na cozinha e no refeitório. Temos um latão para resíduo de casca de frutas, outro para restos de comida e mais um para lixo seco. Vamos falando conversando.” Quem instrui os alunos sobre o local correto de descarte é Dona Emília que, aos 62 anos, atua de forma voluntária na escola.

Christiane acredita que, para fazer o debate sobre cuidado com o meio ambiente chegar em mais

pessoas, seria preciso uma integração entre comunidade e escola. E não faltam ideias para que isso se torne possível. “Queria que a comunidade exercesse a escola como um lugar de coleta seletiva, mas para isso é preciso ter estrutura para isso. Também acho que a Prefeitura deveria montar uma logística de recolhimento dos resíduos orgânicos nas escolas e de transporte até um lugar para compostagem.”

Enquanto a estrutura não ganha corpo, o caminho está aberto a quem quiser contribuir com as ações ambientais promovidas pela escola — como é o caso de Dona Emília. A escola segue se reinventando com os recursos que tem à disposição, como a capinagem que não implica no uso de materiais não degradáveis no descarte dos resíduos: “Quando a Comlurb capinava a quadra, o capim era posto em sacos plásticos. Hoje isso não acontece mais; descobri que se o capim for espalhado como um tapete, em dois meses ele se desintegra. Então, eu aqui fiz o meu micromundo”, conta a diretora.

Nem sempre criar micromundos é suficiente para encarar as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas. A diretora da Josué de Castro sente falta de continuidade nas políticas da Prefeitura: “Quando eu comecei, a Prefeitura nos cedeu terra através do projeto *Hortas*

Escolares. Mas o projeto acabou e mantê-lo significa às vezes tirar dinheiro do nosso próprio bolso.”

Não é apenas nas atividades extracurriculares que a direção da escola sofre com a falta de apoio: o Colégio Professor João Borges, apesar de estar com aulas presenciais, não possui sequer uma estrutura elétrica adequada que garanta a segurança dos alunos e do espaço em si. Questionada, a Secretaria de Estado de Educação informou que “as providências para a realização dos reparos e efetiva solução do problema de energia do Colégio Estadual João Borges de Moraes, localizado na Maré, já foram tomadas junto à concessionária de serviços de eletricidade. Para isso, foi descentralizada à unidade escolar a verba de R\$ 250 mil, e já existe uma empresa contratada para a realização desse serviço e a solução da questão da forma mais rápida possível”.

O diretor Marcelo Belford cita um trecho do documentário *Utopia e Barbárie* (2009), dirigido por Silvio Tendler, para explicar o porquê de ele e da escola continuarem resistindo: “Eles são tantos e nós somos tão poucos; eles são tão fortes e nós somos tão fracos que, muitas das vezes, eu me pergunto por que eu continuo a lutar [...] Eu continuo porque estou certo.”



MARIA RIBEIRO

Christiane Lagarto, diretora de escola na Vila do João, implementou uma forma de capinar sem produzir lixo não degradável

Essa reportagem é resultado de parceria do Maré de Notícias com o data_labe e foi produzida pelo CocôZap, um projeto de mapeamento, incidência e participação cidadã sobre saneamento básico nas favelas.

Edição: Elena Wesley.



Ensaio fotográfico do Mês da Mães

A série “Mãe de Favela” nasceu em 2019 com a proposta de retratar o amor da mãe favelada. Ao registrá-las nas suas portas com suas filhas e filhos é desenvolvida uma narrativa do amor que, historicamente, constrói a favela a partir do afeto. Segundo o fotógrafo Matheus Affonso (@affonsodalua), para além da homenagem, “a série é um ato político destes corpos que se fazem presentes e resistentes em um território majoritariamente feminino”. Confira os registros.





Vai ficar por isso mesmo?

Investigação dos casos de homicídios ocorridos nas favelas não segue o processo necessário para que os responsáveis por esses crimes sejam identificados e punidos

DANIELE MOURA E TAMYRES MATOS

Os seriados de investigação criminal - geralmente produzidos nos Estados Unidos - são consumidos avidamente pelo público. O enredo segue quase sempre a mesma cartilha: local do crime isolado, técnicas de interrogatório, perícia com artifícios tecnológicos avançados e, ao fim do episódio, a resolução do caso. No entanto, a realidade brasileira costuma passar longe desse cenário, especialmente em regiões periféricas.

No Rio de Janeiro, somente 21,2% dos assassinatos cometidos em 2018 foram solucionados até o fim de 2020, de acordo com o Instituto de Segurança Pública — e essa porcentagem inclui a prisão do assassino em flagrante. Quando o recorte é específico para as favelas ou para crimes cometidos por policiais, é um desafio encontrar essas informações, especialmente por conta dos casos que caem no limbo dos supostos autos de resistência. Num levantamento de dados do Instituto Sou da Paz publicado em 2019, o Rio de Janeiro ocupa o penúltimo lugar no Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios.

“A questão dos baixos índices de solução de homicídios é um problema nacional, sendo a média brasileira menor que 2%. Entretanto, cabe ressaltar que há problemas em todo o processo de investigação, desde a preservação do que usualmente se chama de ‘cena do crime’ para coleta de informações relevantes até a atribuição de penas aos envolvidos. Olhar essa questão pelos mapeamentos das estatísticas por região e/ou por atores envolvidos, dentre outras variáveis, é algo ainda mais complexo, pois não há um banco de dados integrado e acessível a todos”, explica **Daniele Dionisio da Silva**, vice-coordenadora do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do Instituto de Relações Internacionais e Defesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Coordenador de projetos do Sou

DOUGLAS LOPES



A preservação das cenas de crime torna-se ainda mais difícil nos casos em que integrantes da própria polícia são os principais suspeitos dos homicídios

da Paz, o doutor em sociologia **Rafael Rocha** aponta a ausência de investimentos estratégicos no processo de investigação como uma possível explicação para essa situação (atual e histórica). Além disso, há evidente discriminação de acordo com o perfil da vítima.

“Nos casos de homicídio cujas vítimas têm alguma passagem pela polícia, elas são consideradas, entre muitas outras, ‘bandidos’. Então, quando se trata da Polícia Civil, há tanto uma série de dificuldades, de limitações estruturais, como também de elementos morais na investigação do homicídio de alguém que já tem passagem pelo sistema de justiça”, analisa.

Por vezes, o elemento que usualmente anula o passo a passo de uma investigação nem precisa ser os antecedentes criminais da vítima; basta simplesmente seu local de moradia, sua condição financeira ou sua cor da pele. O filho de **Maria (*)** foi morto aos 17 anos em plena Avenida Brasil durante uma ação policial nos arredores da Maré. Vendedor de pipoca, biscoitos e refrigerantes, o rapaz não conseguiu ouvir a ordem dos policiais para sair dali porque era surdo, e, por isso, foi baleado e morto.

O caso, ocorrido em agosto de 2017, foi arquivado sem avanços nas

investigações — sequer houve perícia ou a preservação da cena do crime. “Eu ia lá uma vez por mês para ver o andamento do processo, eu tenho o cartão lá em casa, para eu saber como é que tava a situação, entendeu? Mas não conseguia ser atendida. E depois soube que foi arquivado...”, diz ela, aos prantos.

Na série de reportagens **Rastro de Dor**, relembramos o caso de Jeremias Moraes da Silva, o adolescente de apenas 13 anos morto com um tiro nas costas enquanto se encaminhava para o ensaio de um hino da igreja. Em suas mãos, apenas um pirulito foi encontrado. O caso aconteceu em 2018; a investigação contou com uma reconstituição da polícia, mas não houve perícia, nem mesmo a preservação da cena do crime. Segundo a mãe do menino, Vânia Moraes da Silva, até hoje ela não foi chamada para prestar depoimento. O caso segue em aberto.

Lacuna nacional

A complexidade de todo o processo tem que ser lembrada sempre que se fala em segurança pública. Para Daniele Dionisio, trata-se de uma cultura processual com muitas falhas, marcada pela carência de recursos das forças de segurança — meios essenciais e que poderiam contribuir diretamente para a in-



Para especialistas, há pouco investimento em qualificação de profissionais e nos laboratórios de perícia, o que dificulta a responsabilização dos culpados dos crimes

investigação e a solução dos crimes, além de impactar positivamente as taxas de homicídios.

“Um ponto importante a ressaltar é que não temos um georreferenciamento dos dados de homicídios tão preciso que nos permita identificar ruas e índices (socioeconômicos). Essa coleta de dados e a integração entre eles requer uma grande amplitude de recursos do Estado e vontade política, elementos raros nas políticas públicas recentes. Por outro lado, as estatísticas de homicídios, quando usadas de modo isolado, não conseguem gerar um panorama adequado da conjuntura. Precisamos considerar outros elementos, como os armamentos utilizados; a geografia do local; o acesso a serviços públicos de saúde e educação; o senso comunitário e as medidas de proteção; e a atuação das forças de segurança e de agentes criminosos”, analisa.

Para o sociólogo Rafael Rocha, a sociedade brasileira tem um “olhar viciado”, ou seja, acredita que as soluções que trarão mais segurança à população estão diretamente vinculadas à militarização

e ao policiamento ostensivo — quanto mais viaturas e blindados nas ruas, quanto maior for o calibre das armas dos policiais, supostamente mais protegida está a população.

“Há pouco investimento, por exemplo, nos laboratórios de perícia. Em muitos estados, como é o caso de São Paulo, não existe interesse na realização de concursos e na especialização dos profissionais que neles trabalham. Isso resulta em quadros muito defasados. Investe-se uma parte considerável do orçamento na ostensividade, no efetivo policial na rua, em viaturas novas... Não estou dizendo que o policiamento de rua não é importante; claro que é. Mas igualmente são a investigação e a inteligência”, diz o estudioso.

Em números gerais, o levantamento de 2019 do Instituto Sou da Paz mostrou que 70% dos casos de assassinato ocorridos no Brasil não foram solucionados.

No Rio de Janeiro, temos o caso simbólico da vereadora Marielle Franco, vereadora mareense

assassinada no meio de uma região movimentada do Centro da cidade. A investigação policial ainda não chegou ao mandante ou à motivação do crime ocorrido há mais de quatro anos. O caso desde então mobiliza instituições e indivíduos no mundo inteiro a cobrar pelo seu desfecho. Mas e quando as mortes acontecem em becos e vielas?

Princípios fundamentais

Daniele acredita que o que precisa ser priorizado é o respeito ao mais básico: o direito à vida. Para ela, a falta de segurança das pessoas, a circulação de armas e a ausência de uma gestão em segurança pública integrada por parte dos estados são a realidade das grandes cidades brasileiras. “De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Ao pensarmos nas investigações

de homicídios como parte de uma segurança pública de fato, devemos considerar muitos elementos que têm sido deixados de lado pelos agentes públicos. A vontade política e a prioridade desse tema no delineamento de políticas estatais integradas (que inclua toda a rede de agentes públicos responsáveis pelo tema) são elementos fundamentais.”

Resposta da Polícia Civil

Em nota, a Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) afirma “que vem melhorando todos os índices, nos dois últimos anos, e que está investindo em inteligência e novas tecnologias, além da realização de concurso público para melhorar ainda mais estes números. Em regiões sob o domínio de traficantes e milicianos, as investigações encontram barreiras da ditadura do crime como: falta de câmeras; lei do silêncio paga com a vida; impedimento de entrar na localidade imediatamente com perícia — uma vez que é necessário montar operação para acessar locais dos homicídios, por exemplo”.

Segundo a Sepol, “para dar continuidade às investigações mediante tais dificuldades impostas pelas organizações criminosas, a instituição tem focado no enfraquecimento gradual desses grupos, por meio da prisão dos seus líderes e com o efetivo combate às atividades que realizam. A Sepol reforça que todas as investigações só são finalizadas mediante provas consistentes para evitar qualquer tipo de conclusão precipitada e o indiciamento de pessoas inocentes”.



Outubro de 2022: que eleição é essa?

Com eleições marcadas para outubro, você tem até 4 de maio para regularizar sua situação eleitoral

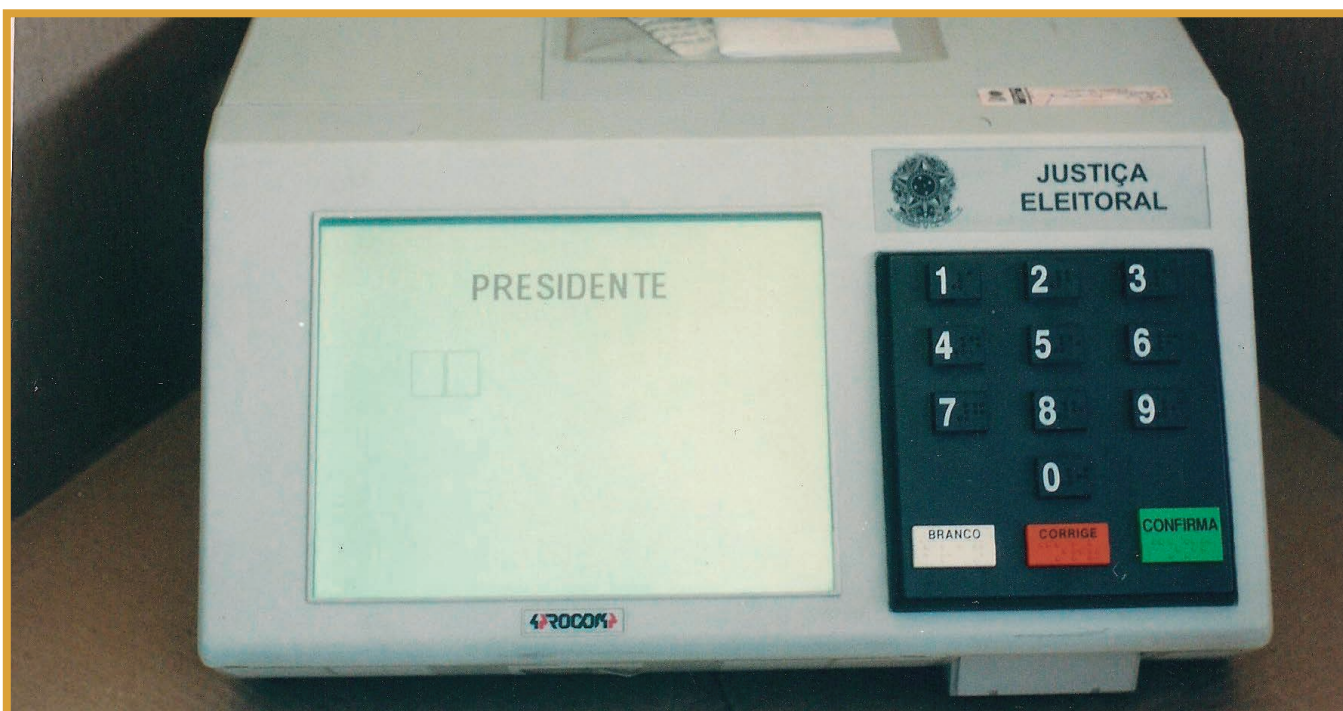
ISABELLA POPPE, JORGE MELO E LETÍCIA MOSER

Nas eleições deste ano os eleitores vão pensar, ao escolher em quem votar, nas questões que afetam desde o bolso no dia a dia (o preço dos alimentos, do transporte público, dos aluguéis), até a vida em geral, como a maneira pela qual o Estado enfrentou a pandemia. Esse é, segundo o cientista político **Josué Medeiros de Freitas**, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um resumo do cenário que os políticos enfrentarão: “Nos últimos quatro anos, a vida das pessoas piorou muito. As pesquisas mostram que a preocupação principal do eleitorado é com a crise econômica e social”.

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o estado do Rio de Janeiro contabilizava, em 2018, cerca de 12,4 milhões de eleitores, distribuídos por 165 zonas eleitorais de 92 municípios. Estão previstos quase cinco mil locais de votação para receber os eleitores no primeiro turno, no dia 2 de outubro, e no segundo (se for necessário), no dia 30 do mesmo mês.

A capital do estado é o segundo maior colégio eleitoral do país, com quase cinco milhões de eleitores, abaixo apenas da cidade de São Paulo, com quase nove milhões. As mulheres são maioria entre o eleitorado flumi-

HELIO EUCLIDES



O Rio de Janeiro é o segundo maior colégio eleitoral do país, com quase cinco milhões de eleitores, abaixo apenas da cidade de São Paulo

A LEGISLAÇÃO DETERMINA QUE:

- 48% dos recursos são divididos entre os partidos, de forma proporcional ao número de representantes na Câmara dos Deputados na última eleição geral (2018);
- 35% vão para os partidos na proporção de votos válidos obtidos pelas siglas que tenham pelo menos um representante na Câmara;
- 15% são distribuídos de acordo com o número de representantes no Senado;
- 2% são divididos igualmente entre os partidos.

O Fundo Partidário, instituído em 1995 e distribuído anualmente, é usado para custear atividades das legendas como água, luz, aluguel, passagens aéreas etc.

nense: 54,58%, enquanto os homens representam 45,32%. O conjunto de favelas da Maré não é contabilizado como bairro pelo TRE; os votos estão divididos entre Penha, Ramos e Bonsucesso.

Fundo Eleitoral

Os eleitores do Rio e dos outros estados vão escolher não apenas o presidente, como também o governador, um senador, 46 deputados federais e 70 deputados estaduais. Os 32 parti-

dos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terão R\$4,9 bilhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), bancado pelo Tesouro Nacional, para a campanha eleitoral — um valor recorde.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu doações diretas de empresas para partidos e candidatos. Elas respondiam por aproximadamente 75% do valor das campanhas. Segundo Josué Medeiros de Freitas,

o fundo é o sistema mais justo: “O financiamento público permite regulação e estabelecimento de critérios que promovam uma maior igualdade política, abrindo as portas das instituições para setores historicamente excluídos, como mulheres, negros e jovens. O financiamento privado reforça as desigualdades econômicas e políticas”. As doações de pessoas físicas são permitidas, mas só podem ser realizadas por meio de transação

bancária e CPF do doador identificado.

Voto Proporcional e voto majoritário

O sistema nas eleições para vereador, deputado estadual e deputado federal é o chamado proporcional. Os votos são do partido, mas também é possível votar apenas na legenda. Exemplo: o número de vagas de deputados federais de cada estado é proporcional à população daquele estado. No entanto, nenhum estado pode ter menos de oito nem mais de 70 deputados.

Para definir o número de deputados, calcula-se o **coeficiente eleitoral**. Ou seja, divide-se o número de votos válidos (excluídos brancos e nulos) pelo número de vagas a que o estado tem direito. Daí se chega a um valor. O partido ou a coligação que não alcançar um número de votos igual ou superior ao **coeficiente eleitoral** não elege nenhum deputado.

Cada partido elege um número de candidatos proporcional ao número total de votos que recebeu, com todos seus candidatos; além dos votos na legenda. O número de votos é dividido pelo **coeficiente eleitoral**, que indica quantas vagas o partido tem direito. Esse número é chamado de **coeficiente partidário**. Exemplo: um estado tem direito a 10 vagas na Câmara dos Deputados e o total de votos válidos foi de 100 mil.

100 mil votos válidos ÷ 10 lugares na Câmara = 10 mil votos (coeficiente

eleitoral).

Então, se o Partido A teve 23 mil votos, ele tem direito a duas vagas.

23 mil votos ÷ 10 mil: = 2,3 (coeficiente partidário do partido A = 2 vagas)

A fração é descartada

Estão eleitos os dois candidatos mais votados daquele partido. Não importa se o primeiro conseguiu 22 mil votos e o segundo colocado, apenas mil.

No caso de presidente, governadores e prefeitos, quem alcançar 50%+1 dos votos é eleito. O segundo turno é realizado quando nenhum dos candidatos alcança esse total. No Senado, cada estado tem direito a três senadores. O sistema é o majoritário. A eleição para senador é alterna: num pleito são eleitos dois senadores e no seguinte, um. Para ser eleito senador é preciso ter no mínimo 35 anos; o mandato é de oito anos.

Matemática eleitoral

Nas eleições de 2018, no Rio de Janeiro, foram 7.720.770 votos válidos, divididos por 46 cadeiras na Câmara dos Deputados em Brasília. O coeficiente eleitoral foi de 167.842. O deputado Jean Wyllys, do PSOL, foi o menos votado dos eleitos, com 24.295. Otávio Leite, do PSDB, com 50.374 votos não se elegeu. Seu partido não alcançou o coeficiente eleitoral. O PSOL, de Wyllys, conseguiu um total de 628.336 votos entre nominais e de legenda, e garantiu quatro cadeiras na Câmara. Wyllys e os outros dois

deputados eleitos pelo PSOL se beneficiaram da votação de Marcelo Freixo (342.491 votos).

O cientista político afirma que o sistema proporcional permite maior diversidade nas casas legislativas: “O voto proporcional é sim o mais adequado para ampliar a pluralidade no parlamento, embora de fato seja confuso. Sem o voto proporcional, setores historicamente excluídos do parlamento teriam ainda mais obstáculos para quebrar as barreiras e conseguirem se fazer representar. O voto majoritário para o Congresso favoreceria os setores que já dominam as instituições. No caso do Brasil, homens, brancos, ricos, de determinadas profissões que sempre ocuparam as duas Casas: médicos, juristas, diplomatas, empresários.”

Freixo é o que se chama de “puxador de votos”, aquele que contribui para a eleição de candidatos do partido com menos eleitores. No PSOL, a segunda mais votada, Talíria Petrone, obteve 107.317 votos; e o terceiro, Glauber Braga, 40.199.

Os puxadores de votos são, muitas vezes, figuras públicas atraídas pelos partidos, como celebridades, artistas e desportistas, o que não é o caso de Marcelo Freixo. No entanto, segundo Josué Monteiro de Freitas, essa é uma prática universal. “O fenômeno das celebridades na política também é internacional e é verificado tanto no sistema proporcional quanto no majoritário. Ele tem mais

relação com a força das grandes mídias — primeiro a televisão e agora as redes sociais — do que com o sistema eleitoral.”

Coligações e federações

Em outubro, duas formas de alianças vão conviver: as coligações e as federações. As coligações se extinguem após as eleições. Os partidos podem se coligar para as eleições de prefeito, governador, senador e presidente da República. As federações destinam-se às proporcionais: vereador, deputado estadual, deputado distrital (DF) e deputado federal.

As federações têm caráter nacional, são formadas por partidos e a lei exige que durem pelo menos os quatro anos do mandato. Os partidos que abandonarem uma federação antes do prazo determinado sofrerão punições, como a proibição de utilizar os recursos do Fundo Partidário.

Josué acredita que federações representam avanço institucional. “Elas têm um potencial de gerar mais coerência ideológica e programática nas alianças, o que vai fortalecer a relação entre o representante e o representado. O grande risco é as federações serem extintas pelo Congresso ou pelo STF em 2023. Quanto às coligações, elas continuam existindo para os cargos majoritários (presidente, governador, prefeito e senador) e são necessárias para dar mais coerência programática às disputas eleitorais.”

Profissões quase extintas resistem ao tempo

Apesar dos desafios diversos, trabalhadores mareenses não desistem de ofícios que correm risco de se tornarem obsoletos

HÉLIO EUCLIDES

Lanterninha de cinema, telefonista, leiteiro, acendedor de poste, vendedor de enciclopédias, telegrafista, operador de mimeógrafo, datilógrafo — essas são algumas das profissões que se extinguíram com o progresso e a transformação da sociedade. Outras resistem ao tempo pelas mãos de profissionais que não desistem, como Atanásio Amorim, o alfaiate da Maré, que trabalhou cortando milimetricamente tecidos até a sua morte em 2020. Como ele, há outros valentes no seu ofício.

Lindanira Avelino da Silva, de 65 anos, tem um ateliê na Nova Holanda onde faz reparo de roupas e calçados, entre outras utilidades. Ela começou trabalhando em uma fábrica de roupas, mas percebeu que era explorada por não receber pelas horas extras que fazia. Decidiu, portanto, dar um novo rumo em sua vida profissional. “Sou de uma família de sapateiros, já atuei como ponteadeira de sapato, costurava toda a parte de pano ao solado”, conta. Sua trajetória já chega aos 30 anos de luta, 16 deles na Nova Holanda.

Ela pretende se aposentar ainda este ano, mas revela que não vai parar, só diminuir o ritmo. Dona Linda, como é mais conhecida, garante que sua profissão vai continuar por um bom tempo. “Com o desemprego, é muito mais em conta consertar uma bolsa do que pagar R\$ 50 por uma nova. Meu irmão é sapateiro e é a mesma coisa, um sapato novo custa mais de R\$ 100, em média, mas com R\$ 30 a pessoa sai com calçado não apenas colado, mas costurado. Hoje não dá para jogar fora”, explica. A costureira afirma que deixa bolsas e roupas como se fossem novinhas.

A proprietária da Linda Consertos tem orgulho de ter estampado a

GABRILO



Dona Linda vem de uma família de sapateiros e defende que os reparos em bolsas e calçados ainda valem a pena: “Muito mais em conta consertar”

capa do Censo de Empreendimentos, realizado pela Redes da Maré: “Fiquei famosa. Mas quem me conhece sabe que sou humilde e não trabalho apenas pelo dinheiro — eu gosto do que faço. No início, quando viam uma mulher consertando sapato, me chamavam de doida. Hoje já conquistei o meu espaço e muitos amigos na favela.” Lindanira não menospreza a tecnologia: ela usa uma rede social para conversar com seus clientes.

Um dos seus orgulhos foi ter se tornado microempreendedora individual, em 2013. “Mas do que um trabalho, o que faço é um remédio, me distrai. Não tem tempo ruim, as melhores épocas do ano são o Dia das Mães e o fim das férias. Aparecem muitos reparos em calçados e mochilas. Quando cai o movimento de bolsas e roupas, vou para o segmento de conserto de pula-pula e materiais de academia. Fico feliz quando uma pessoa vai viajar e leva sua bolsa e mala que foi reformada por mim. Acredito que para os meus serviços sempre vai haver clientela”, conclui.

Motor silencioso

No Parque União é possível encontrar uma loja de enrolar motor. **Marco Antonio**, de 47 anos, é o responsável e se identifica como eletricitista e bobinador. “Enrolador tem duplo sentido. É um serviço sério, que abrange o reparo em todos os tipos de motores elétricos. O serviço que mais realizo é de reparo em bomba hidráulica”, explica. O seu ofício começou quando tinha 19 anos, na laje de casa.

Antônio se apresenta também como “psicólogo”. Especialmente quando seus clientes abrem o coração, contando o amor que sentem pelos seus equipamentos, como as bombas: “O meu trabalho vale a pena e vai além de um simples conserto. Tem pessoas que trazem sua bomba d’água já cansada, mas preferem o conserto por valor sentimental.” Ele conta a história de uma senhora que levou sua bomba hidráulica para reparo do motor. Ao finalizar o serviço, o equipamento passou a trabalhar silenciosamente. “Dois dias depois da entrega, ela voltou à loja e reclamou que não tinha gostado do



MATEIUS AFFONSO

Claudio Fernando Firmino Reis, de 43 anos, é esse profissional: “Antes de tudo, vendia chaves na Tijuca e às vezes me atrevia como chaveiro. Pela curiosidade e honestidade, os profissionais me ensinaram o ofício.”

Há 14 anos, começou a trabalhar num trailer e também na feira da Rua Teixeira Ribeiro, até conseguir sua própria lojinha: “Na Maré, comecei como ajudante de chaveiro até me profissionalizar e abrir o meu próprio negócio. Nos meus primeiros passos percebi que a população daqui sentia a necessidade de um chaveiro nos fins de semana. Na época, eram sete dias por semana de trabalho.”

Ele lembra que “meu primeiro passo foi comprar um esmeril e fui me aprimorando, me sentindo muito feliz por ter uma profissão e conhecer gente. Com essa renda sustento a minha família com dignidade. Sou um prestador de serviço da comunidade. É uma carreira que resiste e até

está em expansão”. Ele já teve várias profissões, como guardião de piscina, vendedor de cerveja e ajudante de entregador de jornais, mas o que o deixa mais feliz é ser chaveiro. “Foi como chaveiro que consegui comprar minha casa, meu carrinho e educar minha filha”, resume.

Claudio ressalta que já atendeu pessoas oriundas da Região dos Lagos, do Uruguai e até de Portugal. “Aqui é uma favela-mãe: acolhe moradores oriundos de todo lugar. Como a Maré é um ponto estratégico da cidade, entre vias importantes como a Avenida Brasil e as linhas Amarela e Vermelha, o comércio gira um capital forte. Gosto daqui e sinto gratidão pelos meus fregueses”, diz. A clientela retribui o carinho. “Acho o serviço dele excelente. Sempre que preciso de uma chave é ele quem eu procuro”, diz **Sheila Carvalho**, moradora da Nova Holanda.

O chaveiro Claudio Fernando começou a trabalhar num trailer na feira da Rua Teixeira Ribeiro até conseguir sua própria lojinha

serviço, pois antes tinha o barulho e que agora sentia falta dele”, lembra, rindo.

O seu primeiro curso, uma parceria com o Banco da Providência, foi feito em 1993. Desse diploma se orgulha e o mostra com carinho, pendurado na parede. Outra satisfação é ter conseguido passar o que sabe para o seu filho, já dono da própria oficina. “Não é um serviço no qual o profissional

fica rico, mas tem muito trabalho na favela e pouca gente para fazer”, diz. Para quem deseja seguir a profissão, ele dá a dica: a prática é primordial. “O meu diferencial é que gosto muito do que faço”, resume.

Chave para o sucesso

Nem é tão difícil achar um chaveiro na cidade, mas que seja completo, afiando alicate, faca e tesoura, é mais difícil.

ARTE PARA O INUSITADO

Um artesão que passava pelo bairro da Lagoa, onde havia um heliporto, ficava admirando os helicópteros e resolveu fazer miniaturas. Assim começou a história de **Sebastião Nunes**, de 71 anos, mais conhecido como Tião, que desejou construir seus próprios voos. Ele é um paraibano que chegou à Maré em 1974. Morador do Roquete Pinto, começou em 2000, utilizando a revista *Guia de Helicóptero* como parâmetro para construir as suas artes. “Fui desenvolvendo e adaptando, modernizando e atualizando. Já são mais de 50 helicópteros construídos e espalhados pelo Brasil, como Belém, Fortaleza, Recife, Natal e João Pessoa”, diz.

Apesar de não ser uma profissão em extinção, o artesanato representa a resistência de uma atividade geralmente à margem da modernização e mecanização do trabalho. Para construir as suas artes, Sebastião utiliza materiais recicláveis como garrafas pet e tiras de ventoinha de carro, que busca nas ruas. A cada arte criada o seu sentimento é de felicidade. “Me distrai muito, é uma terapia. Não é um brinquedo, e sim um objeto de exposição”, afirma.

E não são só helicópteros; a produção já abrange outros meios de transporte, como um ônibus para uma banda de forró de São Paulo. A arte demorou 2 meses para ficar pronta. E depois de tanto trabalho Sebastião não confia em ninguém para mandar entregar sua arte: ele vai pessoalmente levá-la a quem encomendou.

Suas peças têm em média cerca de 50 centímetros de comprimento (o ônibus tem 60 cm e o helicóptero, 50cm - quem quiser este, vai ter que desembolsar R\$ 80). Tião produz cerca de três unidades por mês. e não só helicópteros como retroescavadeiras e carros. “Já me sugeriram criar uma página na internet, mas mesmo sem mídias sociais já chovem pedidos”, comemora.



HELIO EUCLIDES

Laboratório de Jornalismo Maré de Notícias

Formação para comunicadores e estudantes de jornalismo, moradores da Maré

Aulas teóricas e práticas.

Duração: 4 meses, com duas aulas semanais de 18h às 21h.

Com bolsa auxílio.

Quem pode se inscrever?

Jovens moradores(as) da Maré maiores de 18 anos que sejam produtores(as) de comunicação comunitária ou estudantes de Jornalismo/Comunicação.

Cronograma

Inscrições: 25 de abril a 13 de maio

Início das atividades (aula inaugural): 6 de junho

Seleção: 14 a 30 de maio

Formação: 06 junho à 07 de outubro (04 meses)

Divulgação do resultado final: 1 de junho

Acesse <https://bitly.com/sftgV> e se inscreva!

PALAVRAS CRUZADAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

O das escolas de samba na Marquês de Sapucaí é de 1h20	1	Honra; dignidade Oposto de "supra"	2	Juro ilegal Erasmo Carlos, cantor	Soltar a voz (o gato)	3	O indivíduo que se regenerou	Rei; monarca
Três crianças nascidas no mesmo parto	4	3	5	6	7	8	7	2
3	7	5	10	5	11	5	2	12
Recomendado; retomado	8	13	14	13	Uma das fases da produção agrícola	2	1	Satélite (abrev.)
O mais evidente sinal de umidade	15	Mestiço de negro e indígena	3	Fase difícil Decâmetro (símbolo)	11	3	5	9
9	13	11	2	12	13	O reduto da família (?) Paes, atriz	16	2
Esmurrado	12	2	Amaldiçoada Pó branco para cair	8	16	12	5	4
Falsificado; modificado	7	14	2	Música de sucesso A bebida nacional	H	5	4	Salvador (?), pintor espanhol
2	12	U	16	4	7	3	2	12
V	7	Z	Dito próprio do humorista Pôem	15	5	2	12	2
Momento; chance	9	13	1	Um dos lados da moeda	4	Cumprimento informal	13	16
Por baixo de Rastro; pegada	14	Vazias por dentro	13	11	2	9	Ecoar; repercutir Ainda; inclusive	5
15	5	9	4	2	13	2	A menor flexão verbal (Gram.)	7
2	16	15	2	3	6	2	4	2
Calçado sertanejo (pl.)	7	Martelo ideal para quebrar pedras	8	2	3	3	7	4

10

É VOLUNTÁRIO DO ESTUDO VACINA MARÉ, DA FIOCRUZ?

Chegou a hora de coletar a segunda amostra de sangue!

Vá até uma unidade de saúde e procure nossa equipe, identificada com a camiseta do estudo.

Fique tranquilo! Como da primeira vez, é só uma picadinha.



PESQUISA VACINA MARÉ

Não deixe de retornar. Sua participação é fundamental para saber mais sobre a proteção da vacina e novas variantes!

É a Maré fazendo parte da luta global contra o coronavírus!

Dúvidas: (21) 99924-6462 (Redes da Maré)



Quer ver suas fotos da Maré nas redes sociais do Maré de Notícias?

Envie pra gente pelas redes sociais (@maredenoticias) ou WhatsApp!

(21) 97271-9410

Solução

V	A	R	E	M	E
T	A	R	A	R	T
S	A	R	A	R	A
E	V	A	V	A	P
E	O	V	A	S	P
C	S	A	S	O	F
V	L	O	T	B	S
V	A	D	P	Z	E
O	V	R	E	T	U
N	I	H	C	F	V
V	I	D	L	V	V
R	V	O	D	O	S
B	A	V	O	F	O
O	V	A	I	N	I
S	I	C	I	C	E
A	S	E	M	E	T
R	A	B	A	R	A

O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

(21) 97271-9410